SUSTENTABILIDADE DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO E FECHO DE PASTO

Expediente

Cartilha Sustentabilidade das Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto

Elaboração
Alvori Cristo dos Santos
Carivaldo Ferreira
Carlos Walter Porto-Gonçalves
João Batista Pereira
Judenilton Oliveira
Marina Rocha Braga
Samuel Britto das Chagas

Colaboração
Juliana Magalhães
Lauana Sento Sé

Imagens de capa
Thomas Bauer
Antônio Célio de Castro

Projeto gráfico
Carmelo Fioraso

Estado da Bahia
2019

Aqui começa contando nossa história irmão
Desde de nossos antepassados vivemos neste sertão
Fazendo roça e roçado, cuidando bem do cerrado,
plantando milho e feijão
Somos de fundo de pasto, hoje já reconhecido
Precisamos gritar mais alto para poder sermos ouvidos
Juntando homem e mulher, criança e jovem de fé não fiquem esmorecidos.
O nosso jeito de vida precisamos conservar
Viver com pouco dinheiro, com reza do Padroeiro,
samba de roda no
terreiro e com muito amor para dar.
Mas, depois de tanto tempo estamos ameaçados
Por empresas e grileiros que só pensam no dinheiro e o território que está sendo cercado
Cercar com ordem de quem, me digam de quem comprou?
A terra não tem um dono, nem patrão e nem Doutor
Grileiro não tem escritura, não tem escritura pois
Cristo não passou
É muito triste de ver a lagoa sendo cercada
As águas diminuindo e as árvores derrubadas
O sabiá não faz ninho, já sai voando baixinho com o cantar apaixonado.
Viver bem no território e viver com alegria
Ter direito à educação, saúde e cidadania
Terra para trabalhar, esta não pode faltar e gerar
o pão de cada dia
Em nosso fundo de pasto, tudo que se planta dá, da mão na mandioca não tem como comparar, mais quando Deus manda chuva pode plantar até uva que dá pra exportar.
Chegaram no território uns anjos da CPT, dizendo somos fermento que faz a massa crescer
Juntando padrinhos e comadres de todas as comunidades e juntos vamos vencer
Peço desculpa a todos por falar embaraçado, coisa de quem na roça só sabe plantar roçado, ao mesmo tempo agradeço por ter aprendido que é no fundo de pasto que a vida tem sentido.

(Antonieta Maria – Comunidade Paranazinho, Território Maparium/Mirangaba)

Sumário

Apresentação	**5**
Introdução	**6**
Contexto	**10**
Territórios estudados	**14**
Modo de vida fundo e fecho de pasto	**25**
Resultados e conclusões	**31**
Lições apreendidas e desafios	**40**
Referências	**47**

Apresentação

Esta cartilha é fruto de uma pesquisa sobre as comunidades tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto (FFP). Proposta pela instituição alemã Misereor, o estudo foi realizado no ano de 2018 em 10 territórios do estado baiano e teve como objetivo avaliar a capacidade desta população tradicional de produzir com segurança alimentar, gerar renda e cuidar do meio ambiente.

A pesquisa, intitulada "Estudo sobre a aplicação do conceito de fundo e fecho de pasto e das estratégias econômico-produtivas acompanhantes"[1] foi realizada pelo professor Carlos Walter Porto-Gonçalves e o consultor Alvori Cristo dos Santos, em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA), Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR), organizações das comunidades de FFP e com a colaboração do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP).

Esta publicação tem o objetivo de divulgar os dados da pesquisa. A cartilha apresenta um resumo do estudo, com informações sobre os territórios estudados, o contexto histórico de lutas e ameaças ao modo de vida fundo e fecho de pasto e os principais resultados obtidos pelos pesquisadores.

Esperamos que este instrumento possa contribuir para a luta das comunidades tradicionais que resistem há várias gerações em seus territórios.

Boa leitura!

1 Na cartilha, também nos referimos à pesquisa como "Estudo Fundo e Fecho de Pasto (FFP)".

Introdução

O início do estudo. Agricultores/as, agentes e técnicos dos 10 territórios estudados. Várzea Grande, Oliveira dos Brejinhos. Foto: Arquivo CPT

Cerca de 200 famílias de 10 comunidades representativas das regiões de organização do estado da Bahia participaram da pesquisa. Os territórios estudados foram: Várzea Grande, no município de Oliveira dos Brejinhos; Areia Grande, em Casa Nova; Angico dos Dias, em Campo Alegre de Lourdes; Canabravinha, em Curaçá; Bom Jardim, em Canudos; João Barroca, em Caetité; Jacurutu, em Santa Maria da Vitória; Brejo Verde, em Correntina; Maparium, em Mirangaba; e Brejo do Bonfim, em Barra.

Em cada comunidade foram realizados roteiros de campo nas casas de famílias e espaços das comunidades, a exemplo dos córregos, veredas, brejos, fechos das Caatingas e Cerrados. As conversas e entrevistas identificaram: na história, as diferentes ameaças sofridas que modificaram ou exigiram lutas de resistência; a área dos territórios de vida; as árvores e os animais da mata cuidados e preservados; o funcionamento das roças, do extrativismo e dos criatórios; a produção e a economia; a cultura expressa no modo de produção e vida; a organização com detalhe na participação da mulher e dos jovens.

"Para enfrentar tudo isso as comunidades lançaram mão de suas leis próprias: a Lei dos Costumes a Lei do Bode Solto."
(João, Várzea Grande)

"É importante demonstrar a melhor posse." (Lilian Campos, AATR)

"O impacto do agronegócio na cabeceira dos rios perenes vai avançando para as veredas e brejos."
(Samuel Britto das Chagas, CPT)

"O agronegócio usa as áreas "devolutas" das comunidades fundo e fecho de pasto para comprovar reserva ambiental."
(Nilza Vieira, Coordenação FFP Bahia)

"As comunidades fundo e fecho de pasto são guardiãs do território, são reserva hídrica, reserva do pequi e de plantas medicinais."
(Gilmar Santos, CPT)

Produção de rapadura nos Brejos da Barra. Foto: Arquivo CPT

As comunidades fundo e fecho de pasto vivem em seus territórios há mais de 200 anos no Semiárido e Cerrados nordestinos brasileiro, com criatórios de animais em áreas de uso comum, com origens dos povos indígenas, das populações negras que fugiam dos latifúndios escravocratas e ainda dos brancos europeus pobres, sobretudo dos conhecidos vaqueiros.

"Nós somos da caatinga, mas não somos caititu. Somos livres. Trabalhamos na hora que queremos."
(Morador do Território de Angico dos Dias)

"A luta é pela água." (Juscelino, Brejo Verde)

A complexa e histórica origem do nome das comunidades com criatórios na solta foi encontrada antes de 1953, data da publicação, por João Guimarães Rosa de "Grande Sertão: Veredas":

> **Ali chovia? Chove – e não encharca poça, não rola enxurrada, não produz lama: a chuva inteira se sorvete em minuto terra a fundo, feito um azeitezinho entrador.**
> **[...] Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos. Os gerais correm em volta. Esses gerais são sem tamanho. O sertão está em toda parte.**

Entre as principais conclusões do estudo, pode-se afirmar que existe uma grande população vivendo nos territórios das comunidades há pelo menos dois ou três séculos: "Os territórios não são vazios de gente". Estas populações

Banda de Pífano em Bom Jardim. Foto: Arquivo CPT

tradicionais, sem exigir elevados custos do Estado e sociedade, são capazes de oferecer serviços sociais e ambientais: preservando a cultura e, com grande capacidade de produção, geram renda cuidando do meio ambiente. O estudo mostrou que são capazes ainda, de manter o ar, a água e a terra limpos (serviços ambientais positivos). Essa função social é cumprida ainda que ameaças de grande impacto, por ações de grilagem estejam acontecendo há muito tempo.

"Os gerais são considerados terra ruim, é área de recarga."
(Morador do Território de João Barroca)

Nos 10 territórios estudados, famílias de 91 comunidades identificaram uma população de 19.331 pessoas. Entre 2017 e 2018, foram produzidos quase 13.500 kg de alimentos de mais de 70 produtos. A produção foi superior a 1,9 kg de alimentos por pessoa por dia. Enquanto a média de produção dos 10 municípios, conforme os dados oficiais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi de 0,311 kg por pessoa por dia. A produção total dos territórios de fundo e fecho de pasto representa cerca de 18% do valor da produção da agricultura e pecuária dos 10 municípios do estudo e foi produzida por cerca de 10% dos trabalhadores rurais (dos 10 territórios) destes municípios.

Entre os resultados, também foram descritos pelos moradores 199 tipos diferentes (espécies) de árvores da Caatinga e do Cerrado, além de 98 espécies de animais nativos vivendo nos territórios das comunidades.

"Aqui todo mundo se sustenta e alimenta suas vaidades."
(Morador do Território de Areia Grande)

Contexto

Sobre as ameaças ao modo de vida FFP, destacamos três elementos estruturais vividos há cerca de duas gerações (aproximadamente 40 anos): o primeiro corresponde à fase recente distinta e conservadora do desenvolvimento capitalista na região; o segundo é o papel determinante e distinto do Estado assumindo o apoio direto aos projetos de desenvolvimento do agronegócio irrigado e empresas (mineradoras, eólicas e solar); e o terceiro elemento diz respeito à possibilidade de impactos estruturais ao modo de vida pela fragmentação de territórios.

> ***"Sobre a ameaça da grilagem: tem mais documento do que proprietário." (Morador do Território de Bom Jardim)***

Com as entrevistas feitas em campo foi possível constatar, ainda, como as comunidades vivem a pressão sobre suas terras e territórios. A legítima e necessária busca de energias "limpas", como a solar e a eólica na crise ambiental em curso, não pode se fazer ignorando os impactos que geram nas comunidades camponesas onde se instalam, dividindo fisicamente comunidades, quando não famílias e suas roças-quintais e criatórios comuns.

Manifestação em frente ao Fórum de Casa Nova (BA), contra decisão judicial que deu posse ao território de Areia Grande para dois empresários, julho de 2016. Foto: Arquivo CPT

A insegurança e violência fazem parte do dia a dia das comunidades fundo e fecho de pasto ameaçadas pela grilagem. Essas comunidades lutam pela afirmação das suas territorialidades que vêm conformando há séculos.

Em vários depoimentos colhidos na pesquisa, os anos 1960/1970 aparecem como marco do início da intensificação de conflitos. A pesquisa revelou que as comunidades dos territórios, a partir das ameaças que passaram a sofrer, desenvolveram várias estratégias de autodefesa, entre elas o cercamento de áreas com fragmentação dos territórios.

Registre-se que, desde os anos 1990, a luta dessas comunidades junto com entidades parceiras, sobretudo o IRPAA e a CPT afirmam a "Convivência com o Semiárido" que dialoga com a cultura das comunidades.

Segundo a Comissão Pastoral da Terra, entre 1985 e 2017 foram registradas 3.255 ocorrências de conflitos no campo na Bahia, sendo que aproximadamente a metade (47%), ou seja, 1.529 foram conflitos por terra e território. Nesses 33 anos de registros, a Bahia apresentou uma média de 98,6 ocorrências de conflitos por ano, sendo pouco mais da metade, isto é, 46,3 conflitos foram por terra e território.

Comunidade Brejo Verde. Foto: Amanda Alves

As comunidades tradicionais FFP se viram, nas circunstâncias, induzidas a limitar suas demandas territoriais a 2.500 hectares sob alegação que a titulação de territórios acima desse limite deveriam ser autorizadas previamente pelo Congresso Nacional (Constituição Federal, 1988, Art. 188, § 1), quando instrumentos relativos à Reforma Agrária habilitavam a destinação de glebas acima de 2.500 hectares. E, mais, em 19 de abril de 2004, o Brasil assumiu a Convenção nº 169 através do Decreto nº 5.051 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, aprovada em Genebra em 1989, que, por sua vez, estabelece direitos distintos à terra e ao território.

"Os fundos de pasto não existem acima ou abaixo da lei. Eles existem de fato." (Morador do Território de Areia Grande)

O Governo Federal do Brasil através do Decreto nº 6040/2007 estabeleceu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e definiu Povos e Comunidades Tradicionais como grupos culturalmente diferenciados. Em 2016, através do Decreto Federal nº 8.750, instituiu o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais que, em seu Artigo 4°, inclui explicitamente em sua composição as comunidades de fundo e fecho de pasto.

Estudo sobre o prazo para o autorreconhecimento dos fundos e fechos de pasto estabelecido pela Lei 12.910/2013, julho de 2018. Foto: Arquivo CPT

Na Bahia, a Lei nº 12.910/2013 estabeleceu novas regras para declarar a existência das comunidades de fundos e fechos de pasto enquanto comunidades tradicionais, cujo conteúdo foi contestado oficialmente pela Articulação Estadual das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto sobre concessão e uso. Além disso, a Lei estabeleceu o prazo de 31 de dezembro de 2018 para que as comunidades fossem certificadas enquanto tradicionais e dessem entrada no pedido de demarcação e regularização dos seus territórios..

Até 23 de julho de 2018, segundo Ofício CPPCT nº 014/2018 enviado à Central de Articulação das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (Sepromi) informa que até essa data 394 comunidades haviam sido certificadas em 37 municípios baianos. A tensão política contra o reconhecimento de todos esses estatutos legais em seus diferentes níveis federal e estadual ganharia ainda um novo grau de intensidade com o Decreto Estadual nº 17.471/2017 que transferiu a competência para certificação dessas comunidades diretamente ao Governador.

Territórios estudados

As 10 comunidades indicadas ao estudo foram estudadas como territórios. No estado da Bahia, em todas as regiões organizadas, o conjunto dessas áreas foi chamado pelo estudo de "mosaico de territórios", ligando e conectando territórios e municípios pela presença forte do modo de vida fundo e fecho de pasto. Esse mosaico de territórios pode ter a extensão de cerca de 30.468.498 hectares, área equivalente a 46,88% de todo o estado. Essa área, presente nos biomas Caatinga e Cerrado, revela a grande expressão da população tradicional FFP no Nordeste e no Brasil.

O Território é a área de vida de um grupo de comunidades onde circulam os criatórios em comum e outras formas de organização social e de produção. O estudo identificou que pode ser necessário um número mínimo de famílias, talvez mais de 200 famílias conectadas (com área comum de criatório, famílias com maior acesso a água que possam abastecer toda a comunidade de feijão e mandioca na seca) para fortalecer o modo de vida dos territórios de fundo e fecho de pasto. No quadro a seguir, apresentamos informações sobre áreas e populações dos territórios estudados.

Área, famílias e comunidades conectadas e articuladas dos territórios do estudo

Municípios	Território	Famílias	Área conectada	Comunidades conectadas	Comunidades articuladas	Famílias articuladas
Oliveira dos Brejinhos	Várzea Grande	60	10.500	1	7	250
Casa Nova	Areia Grande	365	76.736	4	10	450
Campo Alegre de Lourdes	Angico dos Dias	480	21.262	5	30	700
Curaçá	Canabravinha	36	7.076	11	20	300
Canudos	Bom Jardim	42	10.128	5	5	150
Caetité	João Barroca	114	12.105	4	15	400
Santa Maria da Vitória	Jacurutu	45	5.548	1	17	450
Correntina	Brejo Verde	400	37.602	4	7	400
Barra	Brejos	3.049	459.000	58	70	3049
Mirangaba	Maparium	349	4.286	4	20	600

Fonte: PORTO-GONÇALVES; SANTOS, 2018.

Várzea Grande

Foto: Arquivo CPT

O Território Várzea Grande, município de Oliveira dos Brejinhos, há cerca de 40 anos era formado pelo menos por sete comunidades e, os rebanhos de caprinos, bovinos e equinos circulavam livres. Com a chegada da BR 242 ligando Barreiras a Salvador e a "cerca de 4 fios"[2], a comunidade de Várzea Grande foi obrigada a cercar sua área se separando das demais. A área utilizada para a criação à solta, que abrangia as sete comunidades, foi reduzida a apenas uma. Permaneceu a articulação política e outras formas de organização com as outras comunidades e cerca de 250 famílias articuladas.

"Apastar é um manejo, talvez executado em situações bastante específicas, como por exemplo de mudança do caminho do bode frente a ameaça de predação da suçuarana na serra do território."
(João Nogueira, Várzea Grande)

2 No início da década de 1980, leis municipais, que ficaram conhecidas como "lei do pé alto" ou "lei dos 4 fios", favoreceram os grandes pecuaristas e prejudicaram os caprinocultores. Essas leis, que se espalharam por vários municípios baianos, determinavam que a criação de caprinos e ovinos deveria ser em áreas cercadas e previam multas caso ocorressem danos em propriedades causados por animais soltos.

Areia Grande

Foto: Arquivo CPT

O Território Areia Grande, localizado no município de Casa Nova e no lago de Sobradinho, mesmo após várias ameaças de grilagem e da subida das águas no rio São Francisco, ainda possui quatro comunidades e cerca de 365 famílias conectadas (criatórios, abelhas, extrativismo) em áreas comuns e mantém articulação de organização em 10 comunidades próximas, para ficar mais forte em relação às ameaças. A última ameaça de grilagem foi em 2016, com invasão no território e luta de enfrentamento. A articulação com outras comunidades reúne mais de 450 famílias.

"A produção do fundo de pasto é associada, não é um produto isolado." (Morador do Território de Areia Grande)

Angico dos Dias

Foto: Arquivo CPT

O Território Angico dos Dias, localizado no município de Campo Alegre de Lourdes, na divisa com o estado do Piauí, é impactado por uma mineradora de fosfato e atualmente resiste à tentativa de grilagem de terras. Cerca de 480 famílias resistem à perda de mais de 6 mil cabeças de bode entre os anos de 2006 e 2007, de área de caminho de criatório, do acesso à água e a tentativas permanentes de construção de barragens de rejeitos e perfuração de poços. O território há alguns anos se articula com mais 30 comunidades próximas e cerca de 700 famílias.

"Troca de dias de trabalho é comum, principalmente para fazer/consertar cercas e brocar a terra, os Batalhões."
(Morador do Território de Angico dos Dias)

Canabravinha

Foto: Arquivo CPT

No Território Canabravinha, município de Curaçá, moram 36 famílias, no entanto, rebanhos de caprinos e ovinos destas famílias vivem pelo menos na área de mais 10 comunidades, e, a criação destas outras comunidades vizinhas caminham até próximo das casas de Canabravinha. A seca praticamente não permite mais colher mandioca, feijão e milho, a não ser nos locais em que haja poço. Os produtos são comprados pela venda dos caprinos e ovinos que resistem junto com as famílias. O número de famílias conectadas (bodes e ovelhas se criando junto) pode ser maior do que 200. A redução do volume de chuvas, os interesses das eólicas, as áreas destinadas aos parques e a presença de pessoas da mineração se constituem enquanto ameaças para essa comunidade. No passado, as famílias que criavam na solta viviam até as margens do rio São Francisco, o que hoje não é possível devido à irrigação.

"A vaca e a roça são muito exigentes em mão de obra, exige mais de 80% para criar bode e ovelha, 20%. A vaca tem muito custo."
(Morador do Território de Canabravinha)

Bom Jardim

Foto: Arquivo CPT

No Território Bom Jardim, município de Canudos, a história parece se repetir pela atual chegada de um grande número de famílias vindo de fora para morar no local. Assentamentos foram criados no território e estão tentando organizar criatórios na solta da caatinga de tabuleiro. O território é marcado pela presença da mineração. Em direção à cidade de Canudos e outras duas cidades que fazem divisa, os bodes, ovelhas e bois já não podem ser criados.

"Barbatimão é remédio, candeia é bom para abelha, cajueiro é vitamina, alecrim é chá e comida de bode."
(Morador do Território de Bom Jardim)

João Barroca

Foto: Thomas Bauer

No Território João Barroca, município de Caetité, a ameaça virou realidade para cerca de 114 famílias. A área de solta dos gerais, de uso por gerações, teve seu acesso impedido pelas cercas e seguranças da empresa de mineração. A empresa chegou com o apoio do governo. O futuro é incerto, as famílias articuladas, identificadas em mais de 400, representam alguma esperança para o futuro. As torres eólicas já estão no território, são muitas, redes de distribuição por debaixo da terra e levando energia para Bom Jesus da Lapa, contratos individuais com famílias, e até mesmo o impacto do barulho são conhecidos pela comunidade.

"Os gerais mantêm o peso do gado com pequena perda e sem custo por 5 a 7 meses. Garante recuperar pasto dos cercados. Tem fruta e plantas medicinais." (Morador do Território de João Barroca)

Maparium

Foto: Arquivo CPT

O Território Maparium, (Mangabeira, Paranazinho, Riacho e Umbigada) do município de Mirangaba, localiza-se mais no centro do estado da Bahia, próximo de serras da Chapada Diamantina. A história de ameaças é longa, parece ser silenciosa e tem cerca de 40 anos, devido a várias ações de grilagem que tomaram grandes pedaços do território. Nos tempos atuais, menos de 30% das famílias utilizam parcialmente a área de solta, alguns vaqueiros ainda persistem.

"Foi a área de fundo de pasto que permitiu salvar o gado."
(Morador do Território Maparium)

Brejos da Barra

Foto: Arquivo CPT

Os Brejos do município de Barra, localizado nas margens do rio São Francisco, com muitas dunas de areia branca cobertas de caatinga, ainda se mantêm resistindo, com acesso a água de forma semelhante aos fechos de pasto. Produz também muita rapadura e cachaça, além de tantos outros produtos.

A comunidade descreveu que as cabeceiras estão recuando e encurtando os riachos, uma preocupação, além da grande ameaça vivida nos anos próximos a 2011, quando um contrato individual de uma família com a venda de cerca de poucas tarefas se transformou em uma grilagem legalizada no cartório com aproximadamente 230 mil hectares, o que exigiu anos de luta.

"O tempo de solta nos Brejos da Barra é o ano todo e engorda o gado com baixo custo, cerca de um mês por ano tira o gado pela presença de planta tóxica." (Morador do Território de Brejo da Barra)

Jacurutu e Brejo Verde

Comunidade Jacurutu. Foto: Hermes Novais

Brejo Verde. Foto: Amanda Alves

E chegamos aos territórios de "fecho de pasto", Jacurutu, no município de Santa Maria da Vitória, e Brejo Verde, em Correntina. Um fecho de pasto possui uma cabeceira com nascente e um riacho onde em algumas comunidades as casas das famílias ficam próximas e, em outras comunidades, as casas ficam distantes e os rebanhos precisam andar quilômetros. Nestes dois territórios a água corre nos riachos, ameaçada pela grilagem de muitos anos e a agricultura irrigada por poços subterrâneos. Quando ligam os poços da chapada do cerrado, diminui a quantidade de água correndo nos riachos dos fechos. A água que permite produzir açúcar, rapadura, cachaça, feijão, milho, mandioca e outros produtos é ameaçada pela retirada completa do cerrado e pelos pivôs de irrigação. A organização continua sendo a forma de enfrentamento e resistência para manter o modo de vida e cuidar da água.

"O fecho de pasto é no Cerrado, tem abundância de água, tem vegetação nativa com gramínea, tem vereda, tem madeira, tem fruta e planta medicinal." (Zenilda, Jacurutu)

"Criar a vaca nos gerais perde menos, é mais resistente e a venda do macho desmamado tem bom preço." (Leôncio, Brejo Verde)

O contexto das ameaças, há duas gerações, contou com o apoio de entidades parceiras, as quais cumprem papel estratégico. A CPT, IRPAA, AATR e SASOP diretamente envolvidas neste estudo, além de outras entidades de ação local nos territórios. As entidades parceiras têm feito a diferença. Em muitos territórios foram determinantes para que as famílias resistissem e ficassem na terra. Entre as ações de trabalho, o apoio a organização de associações, cooperativas, processos de enfrentamento a grilagem e a preservação da caatinga e do cerrado. Nos depoimentos das comunidades, as famílias agricultoras afirmaram que as entidades parceiras ajudaram na redução da prática das queimadas, na preservação das nascentes e matas ciliares, no uso da palma, da leucena, da silagem de folhas, dos bancos de sementes, barreiros e na conquista das cisternas.

Modo de vida Fundo e Fecho de Pasto

O modo de vida "fundo e fecho de pasto" é um jeito de viver com as roças e com os criatórios dos animais de várias famílias soltos, ou na solta, em áreas comuns, como dizem as famílias. As roças que garantem a farinha e o feijão têm a função também de garantir o milho além de outros tantos produtos. O estudo identificou pelo menos 70 produtos diferentes. O modo de vida tem sua cultura e seus costumes. Tem diferentes festas religiosas, danças, instrumentos e um jeito de viver sua cultura muito ligada ao jeito de produzir. O trabalho e a cultura, ou os costumes, são muito próximos. Muitos trabalhos realizados representam momentos de encontro e de comemoração.

Casas, roças e caatinga dos Brejos da Barra. Fonte: PORTO-GONÇALVES; SANTOS, 2018

A produção e os resultados que uma comunidade e território fundo e fecho de pasto tem não seriam possíveis se as famílias vivessem individualmente. As famílias dependem uma das outras para passar pelos momentos difíceis da seca ou da ameaça de perder a terra pela grilagem. Ao descrever cada etapa de trabalho das roças, muitas delas somente são possíveis de serem realizados (plantios, capinas, colheitas, beneficiamentos de farinha e rapadura) se feitos por grupos de famílias. A criação, além de ser conduzida em áreas comuns, permanecendo juntos diversos rebanhos por vários meses e distante das casas, é vigiada rotineiramente pelas famílias, se caso um dia ou por vários dias uma família não puder vigiar seu rebanho, os vizinhos realizam esta tarefa.

Angico dos Dias, Campo Alegre de Lourdes. Foto: Sertão Agroecológico/Univasf

Gado retornando do Fecho de Pasto do Brejo Verde, Correntina. Foto: Arquivo CPT

Este modo de vida tem uma longa história, prováveis mais de 10 gerações, ou talvez bem mais de 200 anos, que foi contada pelos moradores durante o estudo. Em Várzea Grande, o primeiro morador é identificado como pertencente há sete gerações passadas. Nos Brejos da Barra, localizado em região de mais recente ocupação, contaram os moradores que vindos do Piauí, lá pelo ano de 1850, os antepassados indígenas elevaram parte da terra dos brejos para ficar mais seca e poder plantar. Algumas famílias relataram lembranças do avô ter vivido até os anos de 1990 com mais de 80 anos e do bisavô ter vivido mais de 80 anos também, o qual citava que seu pai e seu avô teriam nascido na região, indicando uma história de cerca de 300 anos.

O importante destes fatos da história das famílias e comunidades é juntar a descrição da forma de produzir e viver, confirmando que pouca coisa mudou.

A capacidade do modo de produção é muito equilibrada, já dura muitos anos e pode manter-se para o futuro, caso nada atrapalhe ou ameaças não mais aconteçam. O estudo buscava descrever características importantes que poderiam justificar a condição de manter a produção de alimentos e a qualidade de vida para o território e para a sociedade.

Ao descrever características do jeito de viver acreditamos estar descrevendo sobre o conceito do modo de vida fundo e fecho de pasto. Este estudo afirma que o modo de vida FFP construiu uma forma de produzir em equilíbrio com o meio ambiente da caatinga e do cerrado, capaz de mudar a forma de planejar a agricultura, caracterizada de moderna da sociedade urbana e industrial que não consegue conviver com as florestas do planeta.

O modo de produzir das comunidades de fundo e fecho de pasto consegue produzir a carne tão necessária para a sociedade atual em uma das regiões do planeta com menor quantidade de água, sem retirar as árvores e permitindo que os animais da floresta ameaçados vivam também. Este é um desafio tecnológico dos mais difíceis na história da agricultura da humanidade. Ao afirmar sobre esta eficiência do modo de produção não estamos considerando que erros não foram cometidos ou necessitam ser corrigidos: as comunidades reduziram muito o uso de queimada, por exemplo, passaram a plantar palma e leucena, fazer pequenos piquetes próximo das casas e fazer silagem de folhas de árvores da caatinga.

Angico dos Dias, Campo Alegre de Lourdes. Foto: Sertão Agroecológico/Univasf

Angico dos Dias, Campo Alegre de Lourdes. Foto: Sertão Agroecológico/Univasf

As roças das comunidades são produzidas a partir da fertilidade natural da terra (não são utilizados adubos e agrotóxicos), sempre utilizaram suas próprias sementes (nos tempos recentes estão protegendo sementes crioulas com técnicas agroecológicas), utilizam a água para irrigar suas roças (canais de irrigação, barreiros, cacimbas, cisternas). Nas comunidades, o extrativismo de frutas, de caça para o consumo, de madeira, de plantas medicinais, de artesanato complementa a condição de segurança alimentar e de renda.

E nos criatórios, a história de construção dos conhecimentos criou capacidade de definir o tamanho dos rebanhos, de combinar três rebanhos (caprinos, ovinos e bovinos), de planejar os partos e outras técnicas sem retirar as árvores, sem cercar os animais, e utilizar técnicas de manejo com pouca demanda de trabalho.

A eficiência no uso da terra, no uso do trabalho, e na produção com baixos custos eleva a produtividade do modo de produção. A produção conservando a água, a terra e a biodiversidade (plantas e animais da Caatinga e Cerrado) aumenta a produtividade. A vida útil do modo de produção é extensa, o tempo de vida/produção é de gerações, é secular e resiliente.

Torra de farinha no Brejos da Barra. Foto: Arquivo CPT

O modo de vida fundo e fecho de pasto parece ter construído uma forma de administrar e planejar o modo de produção olhando para muitos anos no futuro e assim tendo a atitude que as modernas agriculturas permanecem sobre condição de risco ao menos em duas situações: os custos são muito elevados para produzir e a vida útil dos sistemas de produção são muito curtas, não ultrapassam uma geração sem precisar ou custar muito para a sociedade.

O estudo afirmou existirem duas dimensões conceituais construídas por este modo de vida na sua dinâmica de modo de produção comunitário:

A - A relação de ecologia cultural construída, e, portanto, sociometabólica: Estas relações podem ser descritas pelo conhecimento construído por gerações pelas comunidades e que foi capaz de hoje cada pessoa saber cada árvore e qual a sua qualidade (algumas são remédio, outras servem de alimento para as pessoas e para a criação, outras tem bom uso de madeira). Na cultura das comunidades fundo e fecho de pasto é conhecido quantos bodes, cabras e ovelhas cada família deve ter para não ter muito risco e manter a caatinga cuidada. Dona Menininha de Angico dos Dias descreveu como irrigar cada pé de arvore e manter um pomar de mais de duas gerações, alguns regam todo dia, outros de 3 dias, e outros diferentemente.

B - A vida em território para além da cultural de viver sem cercas mas criando práticas e técnicas inovadoras (criando bode e tecnologia) nos criatórios com o elemento arbóreo sem cercas: Enquanto a agricultura e pecuária moderna para alimentar de carne a humanidade tira toda a caatinga e cerrado para plantar pasto em um sistema que não dura 20 anos, as comunidades criam nos fundos e nos fechos de pasto sem cerca, entre as árvores e os bichos do mato, por mais de 200 anos.

"O bode come menos na ida e mais na volta, sempre anda em grupo." (Morador do Território de Bom Jardim)

Resultados e conclusões

O estudo foi realizado para cumprir um objetivo geral: avaliar a capacidade das comunidades fundo e fecho de pasto de produzir e gerar renda cuidando do meio ambiente. Este objetivo definido no termo de referência foi construído pelas entidades parceiras e representantes das organizações de fundo e fecho de pasto na Bahia.

Para realizar este estudo e cumprir os objetivos foram utilizadas três ferramentas na metodologia importantes e destacadas a seguir:

a) Analisar a representação das 10 comunidades escolhidas para a realidade da população tradicional fundo e fecho de pasto das cinco regiões organizadas no estado da Bahia e Nordeste;

b) Quantificar resultados de produção, de renda e ambientais a partir do funcionamento da produção e vida das comunidades relatados pelas famílias agricultoras;

c) Realizar o diagnóstico qualificado a partir da análise dos resultados com as comunidades e famílias durante as entrevistas.

O primeiro resultado do estudo apresenta a área de vida de cada território medida principalmente pelo caminho do bode e do boi. É importante afirmar que na área de vida tem muitas pessoas morando e vivendo, são mais de 19 mil pessoas nos 10 territórios. A imagem de satélite a seguir permite observar a área indicada pela comunidade Canabravinha no início do estudo (cor azul claro) com cerca de 2 mil hectares e, após identificado os caminhos do bode com a comunidade, a área aumentou para cerca de 7.076 hectares (cor marrom). Na região foi confirmado que os caprinos caminham até 7 km, na Serra da Gruta.

Comunidade Canabravinha, município de Curaçá. Fonte: PORTO-GONÇALVES; SANTOS, 2018.

"O território vai até onde o bode vai."
(Morador do Território de Várzea Grande)

O quadro a seguir apresenta a área de cada um dos 10 territórios do estudo com observações sobre o caminho do bode e do boi. É explicado que a área de uso pelas comunidades geralmente é maior do que a área conhecida pelas famílias e, portanto, se a comunidade reivindicar um documento de regularização deve registar pelo menos a área até onde caprinos e bovinos vivem. É importante afirmar que as áreas medidas com as comunidades neste estudo não são definitivas e devem ser confirmadas em estudos com este objetivo.

Área dos territórios a partir dos caminhos do bode e do boi

Território	Área (hectare)	Observação sobre o caminho do bode e do boi
Várzea Grande	10.500	Nesta comunidade, durante o estudo, andamos em quase todos os limites. No território há pelo menos três tipos de caminho do bode, a maioria anda cerca de 2,5 km de ida por dia. Os bodes ficam o dia todo na solta e voltam no final da tarde para o chiqueiro.
Areia Grande	76.736	Os bodes andam cerca de 5 a 7 km. Os bodes e os bois ficam o tempo todo na solta. O bode volta à tardinha para casa e os bois ficam muitos dias na solta.

Território	Área (hectare)	Observação sobre o caminho do bode e do boi
Angico dos Dias	21.262	As informações antes do início do estudo diziam que a área era menor, cerca de 10 mil hectares. Junto com a comunidade o estudo montou dois mapas, o primeiro no papel e o segundo em imagem de satélite calculando os limites do território até onde os bodes e os bois chegavam. Os bodes andam entre 5 e 7 km por dia. Os bois andam mais, até 15 km e ficam mais dias. No território, o boi sai da Bahia e vai para o Piauí.
Canabravinha	7.076	Antes de fazer o mapa do caminho do bode a comunidade afirmou que sua terra era cerca de 2 mil hectares. Como o bode anda até 8 a 9 km, a área aumentou para mais de 7 mil hectares. Os bodes e os bois ficam o ano todo na solta.
Bom Jardim	10.128	Da mesma forma, antes de montar o mapa do caminho do bode a comunidade afirmou que sua terra não passava de 2 mil hectares. O bode anda 7 km e o boi até 20 km, e assim a área de vida da comunidade passou para aproximadamente 10.128 hectares. Os bodes e os bois ficam o ano todo na solta.
João Barroca	12.105	No início do estudo, a CPT recebeu um mapa em imagem de satélite onde a área marcada era de cerca de 5 mil hectares. O boi nos gerais anda até achar água e fica, pode caminhar até 15 km ou mais. E assim a nova área definida pelos caminhos do boi passou para cerca de 12.105 hectares. Os bois ficavam 6 a 7 meses do ano na solta, hoje, pelo impedimento da empresa mineradora ficam todo ano cercado perto da casa.
Jacurutu	5.548	Hoje os bois andam cerca de 5 km, no passado, há 40 anos, antes de cercar o território, andavam vários fechos, mais de 15 km. Os bois ficam 8 meses por ano na solta.
Brejo Verde	37.602	Esta área inclui as casas, as roças e as áreas cercadas de cerca de 400 famílias. Muitas casas estão a mais de 15 km da área de fecho. No passado, muitas famílias, e ainda hoje algumas, chegavam a andar mais de 70 km para ficar em outros fechos conhecidos. Os bois ficam 8 meses na solta.
Maparium	4.286	Hoje, depois de 40 anos de várias ameaças por grilagens, somente cerca de 30% das famílias utilizam os fundos de pasto por bois que andam até 5 km. Os vaqueiros da região ainda conduzem os animais de lugares distantes em até 20 km da área de solta. Os bois ficam 3 meses por ano na solta.

Território	Área (hectare)	Observação sobre o caminho do bode e do boi
Brejos da Barra	459.000	As 58 comunidades falavam no início que sua área era cerca de 300 mil hectares, antes de calcular até onde os bois andavam nos limites do território. Como os bois andam até 17 km ou mais, entrando no município de Pilão Arcado, onde permanecem por vários dias em um lugar e mudam procurando água e melhor comida, a área mudou, talvez seja maior do que 450 mil hectares. Os bois ficam no mínimo 11 meses por ano na solta.

Fonte: PORTO-GONÇALVES; SANTOS, 2018.

O segundo resultado comentado nesta cartilha é a área das comunidades e territórios fundo e fecho de pasto na Bahia. Este segundo resultado confirma que as áreas de FFP são muito grandes no estado e nelas vivem muitas pessoas há muito tempo com direito de assim permanecer vivendo. Na imagem de satélite a seguir, em amarelo pode-se identificar a área onde ainda hoje na maior parte existem comunidades e territórios vivendo como fundo e fecho de pasto no estado da Bahia.

Fonte: PORTO-GONÇALVES; SANTOS, 2018.

A área das comunidades pode ser maior do que 40% do estado da Bahia, e representando mais de 25 milhões de hectares de terra. O estudo em 10 municípios permitiu percorrer esta imensa área em lugares representativos de cada região organizada e confirmar com as comunidades, entidades e pessoas

que conhecem cada município, a região e extensão destas áreas ainda hoje ocupados por comunidades vivendo como fundo e fecho de pasto. Os limites do "mosaico de territórios" foram definidos a partir dos caminhos dos criatórios (trajetos percorridos pelo bode e o boi), das relações socioeconômicas das comunidades e de informações fornecidas pela população sobre a existência de outras comunidades fundo e fecho de pasto.

O terceiro resultado afirma e confirma que existem diferenças entre os territórios definidas pelos tipos de caatinga e cerrado, e que estes estão conservados e preservados. Estas diferenças estão no tipo e quantidade de árvores, na presença da água e nas práticas de manejo construídas há gerações pelas comunidades (diferentes sociometabolismos). São diferentes ecologias do meio ambiente e diferentes culturas, e, portanto, diferentes ecologias culturais.

No quadro a seguir é descrito o nome dado pelas comunidades para a sua caatinga ou para o seu cerrado. É informado também a maior ou menor densidade de árvores (quantidade) e o tipo de acesso à água. A maior ou menor quantidade de árvores de cada caatinga e cerrado se deve a fatores naturais e a fatores de uso.

Diferenças sociometabólicas da população arbórea das ecologias culturais dos territórios

Território	Ecossistema cultural	Densidade de árvores	Acesso à água
Várzea Grande	Caatinga Baixa	Menor	Chuva
Areia Grande	Caatinga Mole	Maior	Famílias cultivando em vazante (20%)
Angico dos Dias	Caatinga Alta	Maior	Famílias que estão no Cerrado e tem acesso a água (8%)
Canabravinha	Caatinga de Tabuleiro	Menor	Chuva
Bom Jardim	Caatinga de Tabuleiro	Menor	Chuva e microclima Mata Atlântica

Território	Ecossistema cultural	Densidade de árvores	Acesso à água
João Barroca	Gerais	Menor	Riacho e Poço
Jacurutu	Cerrado Denso	Maior	Córrego do fecho e canais
Brejo Verde	Cerrado Denso e Ralo	Maior	Córrego e canais
Brejos da Barra	Caatinga do Brejo	Maior	Córrego e canais
Maparium	Caatinga Rala – Serra	Menor	Lagoa e poço

Fonte: PORTO-GONÇALVES; SANTOS, 2018.

Mesmo os territórios que apresentam condições ecológicas mais intensivamente impactadas (menor quantidade de árvores), ainda assim são detentores de quantidades positivas de ativos ambientais (cuida da terra, da água, do ar e possui biodiversidade conservada). O estudo, junto com cerca de 200 pessoas dos 10 territórios, listou 299 árvores de uso e/ou 197 espécies da Caatinga e do Cerrado e muitas de suas qualidades; e 98 espécies de animais. Muitas árvores foram apresentadas pela qualidade importante como remédio, alimento para os animais e para as pessoas, pela habilidade de ser reservatório de água e importantes para a construção de casas, móveis, ferramentas de trabalho e outras utilidades. O conhecimento sobre a fauna foi observado, por exemplo, em uma das falas de Seu Salvador, do Angico dos Dias, que disse saber diferenciar o tipo de onça (vermelha ou pintada) a partir do formato do rastro da onça no acero.

Exemplos de árvores/espécies arbóreas da Caatinga e do Cerrado citadas pelas comunidades

Espécie	Árvore	Comunidade	Nome da árvore	Qualidade
1	1	João Barroca	Açacu	Madeira
2	3	Bom Jardim	Alecrim	Chá e alimento do bode
2	4	Várzea Grande	Alecrim	Remédio
3	5	Maparium	Alecrim de vaqueiro	Remédio
4	7	Maparium	Algaroba	Alimento, madeira, remédio

Espécie	Árvore	Comunidade	Nome da árvore	Qualidade
5	8	Várzea Grande	Amburama fêmea	
6	9	Areia Grande	Ameixa	
6	10	Brejo Barra	Ameixa	Cura feridas
7	11	Angico dos Dias	Ameixa mansa	
8	12	Maparium	Amorosa	Alimento
9	13	Angico dos Dias	Angelim	Madeira boa
10	14	Angico dos Dias	Angico verdadeiro	
9	15	Canabravinha	Angico	Madeira
9	16	João Barroca	Angico	
16	24	Canabravinha	Araticu	Alimento
16	25	Brejo Verde	Araticum	Fruta
17	27	Angico dos Dias	Aroeira	
17	28	Canabravinha	Aroeira	Madeira
17	29	João Barroca	Aroeira	Medicina, madeira
17	30	Maparium	Aroeira	Remédio
17	31	Brejo Barra	Aroeira	Remédio
18	32	Maparium	Aroeira preta	
22	36	Brejo Verde	Bacuri	Fruta
23	37	Angico dos Dias	Barauma	
24	38	Bom Jardim	Barbatimão	Remédio
24	39	Brejo Verde	Barbatimão	Remédio
24	40	Jacurutu	Barbatimão	Remédio
24	41	João Barroca	Barbatimão	Medicina

Fonte: PORTO-GONÇALVES; SANTOS, 2018.

E o **quarto resultado** do estudo confirma que os territórios além de manter as árvores e os animais nativos produzem e geram renda. São mais de 70 produtos, em sua maioria presente em todos os territórios. Mesmo nos locais com difícil acesso a água, e que possui uma produção menor, principalmente de bode, há a garantia dos outros alimentos necessários.

A diferença de produção por família por ano apresentada no quadro a seguir, variando de 785 kg por ano por família em Bom Jardim para 3.283 kg por ano por família nos Brejos da Barra, deve ser considerada positiva para Bom Jardim. Este território fica localizado uma das regiões mais secas do Semiárido nordestino (o acesso a água é somente pela chuva), na caatinga intensivamente utilizada por séculos, talvez necessitando de recaatingamento, com poucas cisternas nas casas, e em um território cercado por ameaças da agricultura de monocultivos e empresas mineradoras.

"A geladeira condiciona tudo, onde não tem energia, mata o bode, coloca para secar e come até 15 dias. Hoje tudo depende da venda dos animais para viver." (Dona Maristela, Canabravinha)

Volumes de produção dos territórios

Município	Território	Famílias	Pessoas	Produção (Kg/ano)	Produção (kg/família/ano)	Característica produtiva
Oliveira dos Brejinhos	Várzea Grande	60	180	51.240	854	Bode, boi, roça
Casa Nova	Areia Grande	365	1.460	1.105.220	3.028	Bode, boi, roça
Campo Alegre de Lourdes	Angico dos Dias	480	1.920	733.920	1.529	Bode, boi, roça
Curaçá	Canabravinha	36	144	29.844	829	Bode, boi, roça
Canudos	Bom Jardim	42	168	32.970	785	Bode, boi, roça
Caetité	João Barroca	114	342	148.998	1.307	Boi, roça
Santa Maria da Vitória	Jacurutu	45	225	66.375	1.475	Boi, roça
Correntina	Brejo Verde	400	1.200	804.000	2.010	Boi, roça
Barra	Brejos	3.074	12.296	10.091.942	3.283	Boi, roça
Mirangaba	Maparium	349	1.396	368.195	1.055	Boi, roça
Totais		4.965	19.331	13.432.704		

Fonte: PORTO-GONÇALVES; SANTOS, 2018.

Nos 10 territórios (cerca de 91 comunidades) moram aproximadamente 19.331 pessoas que entre 2017 e 2018 produziram 13.432.704 kg de alimentos de mais de 70 produtos. Se dividir a produção pelas pessoas e por 365 dias no ano o resultado é 1,9 kg de alimentos por pessoa por dia produzidos nos territórios. Esta quantidade é bastante próxima de garantir as necessidades diárias de alimento. A média dos 10 municípios, conforme os dados oficiais do governo divulgados pelo IBGE, no Censo Agropecuário de 2017 (Dados Preliminares), foi de 0,311 kg por pessoa por dia.

A produção total dos 10 territórios representa aproximadamente 18% do valor da produção da agricultura e pecuária dos 10 municípios do estudo e foi produzida por cerca de 10% dos trabalhadores rurais (Produto Interno Bruto PIB – IBGE, séries históricas).

Quadro dos resultados econômicos em relação ao PIB Agricultura

	Municípios	Territórios FFP
População	379.027	19.331
Pessoal ocupado (pessoas)	102.047	11.599
PIB Agricultura (em R$/ano)	283.857.000,	53.090.270,
Proporção do PIB Agricultura (%)		18,7
Proporção Pessoal Ocupado (%)		10,7
Produtividade econômica trabalho	8,92	15,64

Fonte: Dados municipais IBGE (PIB 2015, População 2016, Pessoal Ocupado Censo Agropecuário 2017); PORTO-GONÇALVES; SANTOS, 2018.

Se for dividido o resultado do PIB dos municípios e dos territórios pelo pessoal ocupado na agricultura, o resultado final que pode ser chamado de produtividade econômica do trabalho é de R$ 8,92 por dia por trabalhador para os 10 municípios e de R$ 15,64 por trabalhador por dia para os territórios fundo e fecho de pasto.

Lições apreendidas e desafios

Encontro de socialização dos resultados parciais do Estudo Fundo e Fecho de Pasto. Setembro de 2018. Foto: Arquivo CPT

Os desafios futuros são apresentados a partir de oito lições apreendidas e cinco desafios prioritários.

Lição 1: **As comunidades de fundo e fecho de pasto no estado da Bahia têm fortes raízes de populações indígenas e quilombolas.** Essas raízes se veem refletidas em um manejo territorial ancestral que conserva a biodiversidade das caatingas e cerrados. O manejo dos rebanhos em forma de **"criatório extrativista de solta" permite gerar uma perspectiva de vida nessas áreas de semiárido** com capacidades ampliadas de produção de segurança alimentar e destaque no fornecimento de proteína animal.

Lição 2: **Mosaico de territórios e unidades produtivas territoriais. As formas ancestrais de criatório** precisam não só de uma articulação e coordenação entre as famílias de uma mesma comunidade, mas exige uma conexão e articulação entre comunidades, ampliando assim a organização política e a conectividade do território para garantir a manutenção do seu

modo de vida. Por isso, a unidade produtiva se dá no nível territorial e não familiar. A situação individual de uma família não é possível, e/ou se torna restritiva, sem as diversas formas de conexões estabelecidas como a ajuda mútua, ampliação da capacidade de trabalho e intercâmbios econômicos.

Lição 3: **Manejo de rebanho com critérios "técnicos" comprovados.** O manejo dos rebanhos dos fundos e fechos de pasto baseia-se em antigas técnicas de manejo, comprovadas por mais de dois séculos, de base ecológica sustentável incluindo baixos custos e em áreas comuns de solta. Essas **expressões culturais nem sempre são possíveis de ser explicadas com racionalidade cartesiana:** Perguntado aos representantes das comunidades/territórios como eles calculam ou definem o tamanho do rebanho do território, a resposta de um agricultor foi que planejam olhando. O **criatório de solta**, de até 11 meses por ano, manejado pelos caminhos de bode e do boi sem sobrelotação, mas na condição de baixa lotação, potencializam resultados sustentáveis de médio e longo prazo superiores aos empreendimentos empresariais de criação intensiva. O diagnóstico da **lotação por hectare gerado como** referência de bom desempenho é capaz de orientar processos de acompanhamento e gestão: a finalização de ciclo produtivo entre 5 a 8 anos com baixo custo e ativo ambiental; os **intervalos entre partos** no manejo de bode prolongados, próximos de um ano, com a conservação ambiental da caatinga; o **papel estratégico dos criatórios** compensando as perdas das roças e garantindo a subsistência em momentos de crise (como a seca).

Lição 4: **Os fundos e fechos de pasto preservam os biomas com ativo ambiental. Essas contribuições** ainda não são contabilizadas e nem considerados em maior dimensão e expressão no debate político. Ativos ambientais são observados pela conservação da água, do solo e da biodiversidade. Os fluxos de fauna e flora presentes nos territórios indicam 199 espécies arbóreas e 98 espécies de animais, em mosaicos de fragmentos florestais cujo processo de fragmentação mantém condições favoráveis de habitat. Estas condições sugerem ainda territórios com potencial balanço de carbono positivo.

Lição 5: **Estratégias de diversificação com perspectiva a segurança alimentar.** Dá-se maior ênfase no criatório de bovinos (Oeste de Bahia) ou uma mistura de bode, boi e ovelha com destaque no bode (no Norte de Bahia). Por outro lado, cultivam-se uma diversidade em pequenos roçados (2-3 hectares) com bons rendimentos para o Semiárido nordestino do Brasil. O sistema de produção e vida permite a segurança alimentar (cerca de 70 di-

ferentes produtos produzidos e consumidos) possibilitando o acesso também a outros – por meio da compra ou troca em momentos restritivos (cerca de 17 diferentes produtos comercializados). Há um forte intercâmbio (comercialização) interno, no território e entre territórios.

Lição 6: **Os fundos e fechos de pasto geram renda.** O estudo desmitificou o preconceito quanto ao potencial produtivo dos FFP. Os 10 territórios estudados produzem cerca de 18,7% do PIB Agricultura dos 10 municípios, com 10,7% do pessoal ocupado. A produtividade econômica do trabalho nos territórios (15,64 R$/dia) é 75% superior da agricultura dos 10 municípios sede (8,92 R$/dia).

Lição 7: **Inovações tecnológicas sociais.** Sobre as práticas produtivas dos Territórios FFP, consideradas de construção ancestral do modo de vida, foram introduzidos processos e fatos técnicos alternativos sustentáveis de base agroecológica ocorridos em período de cerca de 15 a 20 anos e promovidos por entidades de apoio (IRPAA, SASOP, CPT) tornando-se, na história dos territórios, ferramentas e metodologias a fortalecer o modo de vida. A gestão estratégica das assessorias em um processo de ampliada demanda de trabalho e de cenário de grande impacto da grilagem em suas diversas e ampliadas formas e capacidades, exige das entidades estratégias, métodos e ferramentas adequadas.

Lição 8: **Os territórios se encontram em diferentes condições e tendências de fragmentação por fatores climáticos e diferentes formas de grilagem promovidas, direta e indiretamente, por projetos de desenvolvimento em contexto.** Apresenta-se uma diferenciação dos territórios com mais ou menos condições de resiliência e perspectiva de sustentabilidade. Há territórios com proporções de áreas que hoje precisam de medidas de repovoamento da caatinga (recaatingamento). Os **anos de seca** e seguramente as mudanças climáticas cada vez mais presentes agravam a disponibilidade de água e com isso, especialmente, nas possibilidades de produção agrícola, com impactos maiores nos territórios que dispõem de menor acesso ao recurso água. Já não é possível produzir grão (milho e feijão). Hoje muitas famílias dependem da compra de semente ou do próprio produto para a alimentação da família e às vezes dos rebanhos. A questão hídrica deve-se ser analisada juntamente com a questão fundiária e territorial. As ameaças pelas empresas de mineração, eólicas e o agronegócio, influenciam fortemente na sustentabilidade dos FFP. Os territórios que sofreram processos de ameaças

(externas) optaram por mudanças na organização e introdução de inovações na sua forma de produção, especialmente passando de um sistema "extensivo" de criatório a um sistema "intensivo" com criação cercada em piquetes, plantio de suporte forrageiro nas áreas de roças e de pastagens plantadas. Ao mudarem **elevam os custos de produção** e sendo comparativamente menos atrativo e **economicamente menos rentável** nos médio e longo prazos em relação ao manejo tradicional das comunidades. A **análise dos custos de produção** interpreta que custos superiores a 15% sobre os preços recebidos podem indicar, em alguns territórios, que as famílias optaram por mudanças e técnicas no manejo do criatório até sistemas mais intensivos.

Considerando essas lições apreendidas do estudo formulam-se **os seguintes desafios** prioritários para os cenários futuros:

(1) **O conceito de território. A defesa jurídica, organizativa e técnica** dos fundos e fechos de pasto não considerou, suficientemente, a dimensão e o conceito de território. A limitação das demandas territoriais (área a ser regularizada) em aproximadamente 2,5 mil hectares estabelecida constitucionalmente, além de não ser suficiente para a manutenção das comunidades e territórios FFP pode estar representando o critério de definição da área dos territórios de muitas comunidades. A definição da área de produção e vida, considerando o conceito de território, deve superar limites geográficos e políticos estabelecidos por um determinado número de famílias e comunidades, de um projeto de assentamento ou de um município/região.

(2) **Acesso ao recurso elementar água.** A análise do acesso à água, tanto nos capítulos de análise comparativa dos territórios sobre os resultados, assim como nos estudos de caso de cada território procurou qualificar o diagnóstico sobre **a condição restritiva e progressiva deste elemento estrutural.** Os **cenários de falta de água** observados (vendo diferenças substanciais entre os territórios com e sem acesso à água) demonstrou a **necessidade de buscar alternativas.** Este tema deve ser considerado estratégico na execução dos projetos das organizações de representação das comunidades e das entidades de apoio. O resultado do diagnóstico da **pequena capacidade de uso das estruturas instaladas de armazenagem** via cisternas, principalmente, indica referências para construir alternativas de ampliação da capacidade de uso das estruturas instaladas. A **necessidade de buscar soluções argumentando que a alternativa de poço para os roçados dos territórios deve ser debatida diferentemente do agronegócio**,

deve compor esta pauta considerando que este tema faz parte da agenda das comunidades. O estudo diagnosticou algumas situações orientadoras em contexto: a precipitação anual possui **histórico de curva descendente** conforme afirmam as comunidades e o histórico dos resultados de produção; a distribuição do período de chuvas no ano se modificou, **os plantios não ocorrem mais concentradamente** e são identificadas pequenas secas no período anual de chuva; a concentração das chuvas em determinado momento do período de chuva afirma, e/ou confirma, a **presença de eventos extremos.**

(3) **Intensificação da produção.** A situação nos territórios caracterizados como de "risco a manutenção do modo de vida", e relacionada a intensificação convencional dos criatórios (retirada da caatinga e cerrado e substituição por pastagens cercadas na forma de piquetes), exige acompanhamento específico pelas entidades de apoio e assessoria. O diagnóstico descrito não aponta diretrizes simples, e destaca, no contexto do Semiárido, e em meio a ameaças estruturais, a necessidade de novas perspectivas estratégicas para **os papéis dos territórios FFP relacionados prioritariamente com a produção de alimentos. O destaque sobre o papel ambiental como conservadores de ativos deve ser considerado. Colocar na agenda** interna de cenários futuros **o tema da energia pode ser relevante.**

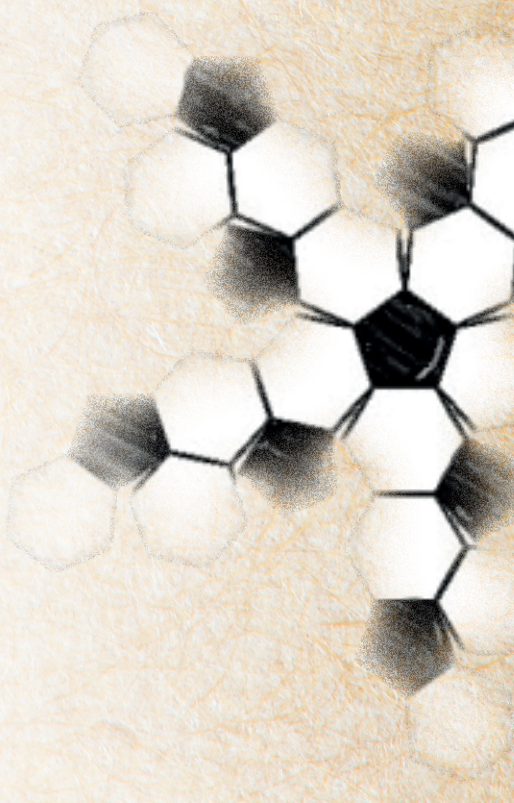
(4) **A sucessão das unidades familiares, os jovens, gênero e a economia da produção.** A perspectiva de gestão da produção – especialmente em relação aos processos de agroindustrialização – é econômica e socialmente interessante se **relacionados aos temas juventude e mulher.** O tema juventude observado no estudo diagnosticou sua presença por processos e projetos específicos nos territórios destacando a organização social por grupos de jovens. Neste cenário, não foram identificadas alternativas específicas, em destaque, sobre diferenciadas formas de organização na economia da produção pelos jovens, mas com sua participação. O contexto é de queda acentuada da oferta de mão de obra nas famílias, e via de regra, de projetos para os filhos fora dos territórios e da agricultura, ainda que se confirme que comparativamente aos cenários da agricultura familiar no Brasil, o modo de vida e os territórios das comunidades possuem atrativos superiores para manter os jovens. **A possibilidade de interesse ampliado da juventude em processos econômicos** que aumentem a condição de domínio na cadeia produtiva (agroindustrialização) deve ser considerada importante. **A questão da mulher** nos territórios, pode romper desafios ao planejar o projeto

de sucessão das unidades produtivas. Via de regra este tema é discutido não excluindo diretamente, mas não incluindo necessariamente a perspectiva de sucessão pela filha mulher. A agroindustrialização e/ou beneficiamento na cadeia de valor deve fazer parte da agenda estratégica pela sua **capacidade de ampliação de trabalho correlacionada aos temas da juventude e da mulher.** O estudo identificou processos internos de organização da produção relacionados ao tema e alertou para **características importantes do modo de produção FFP:** considerando o histórico de gerações do sistema de produção praticado como a capacidade de renda aferida pela produtividade do trabalho, pode, para determinados projetos de beneficiamento/agroindustrialização, reduzir valor e gerar postos de trabalho (ampliar a demanda), fato que necessita ser explicitado nos projetos propostos e executados já que determinaria grande impacto no modo de vida.

(5) **Gestão estratégica das assessorias.** A análise de gestão dos territórios, diferenciando "tipos de resiliência" do modo de vida, permite derivar algumas recomendações referentes à **gestão estratégica das assessorias.** A ação das entidades tem se mostrado aberta aos grandes desafios que são colocados pelo caráter original das comunidades de fundo e fecho de pasto, entre outros o de afirmarem o conceito de território ampliando a tradicional luta pela terra. Esta afirmação não exclui contradições inerentes a um processo de ampliada demanda de trabalho e de construção de consensos em cenário de grande impacto da grilagem em suas diversas e ampliadas capacidades. No contexto atual, reúne grandes empresas e o Estado, em um projeto desenvolvimentista que considera essas áreas como terras desocupadas e sem uso (vazios demográficos). Neste contexto, o estudo avalia **a necessidade metodológica e estratégica** para as entidades de assessoria de ampliar sua capacidade de reunir esforços, montar cenários de ação ainda mais conectados **superando ainda mais os limites da compartimentalização das áreas de conhecimento.** Considera-se que o trabalho de formação política das comunidades incorpore de modo mais orgânico e sistemático a dimensão da produção/reprodução (econômico-ecológica), quase sempre desenvolvida de modo mais técnico e independente da formação política. Por outro, as comunidades de fundo e fecho de pasto colocam desafios ao trabalho de assessoria técnico-agronômica, sobretudo pelo caráter de organizar-se com base na família ampliada e não com base na família unicelular. Em algumas comunidades identificou-se essa tensão de privilegiamento de algumas famílias unicelulares em detrimento do caráter comunitário que caracteriza a territorialidade das comunidades de fundo e fecho de pasto, prática social

que se reproduz há mais de dois séculos. O **estudo preocupou-se em gerar ferramentas e método** (referências), e/ou considerar hipóteses sobre ferramentas e método, defendendo e/ou fortalecendo a tese sobre o modo de vida ser capaz de revelar contradições alternativas de desenvolvimento.

A assessoria demandada pelos territórios FFP parece desafiar a um **novo momento de "rompimento agroecológico"** considerando o conceito mais amplo de agroecologia do que relacionado unicamente à produção, e, assim, duas perspectivas a qualificar esta afirmativa: primeiro sobre os criatórios onde aceitar a elevada capacidade de resultados do pastoreio de solta exige acompanhar gerando referências e métricas comparativas (pesquisa no acompanhamento); a segunda perspectiva sobre a assessoria de processos, ou de gestão, na qual novamente aceitar o modo de vida e produção FFP como um sistema de produção específico, e de elevada capacidade de resultados na combinação roça, extrativismo e criatório, exige acompanhar gerando referências e métricas sobre a "melhor posse" (referência da fala da AATR ao mencionar o enfrentamento técnico-político, no campo jurídico, da grilagem cartorial e verde).



Referências

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecurário 2017: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas de População 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; SANTOS, Alvori Cristo. Estudo sobre a aplicação do conceito de fundo e fecho de pasto e das estratégias econômico-produtivas acompanhantes. Bahia, 2018.

ROSA, Guimarães. **Grande sertão: veredas** – "O diabo na rua, no meio do redemoinho...". 22ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Realização:

CPT BAHIA
Comissão Pastoral da Terra
Regional Bahia

IRPAA
CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO

AATR
ASSOCIAÇÃO DE ADVOGADOS DE TRABALHADORES RURAIS NO ESTADO DA BAHIA

MISEREOR
IHR HILFSWERK